

Economistas propõem choque fiscal sem congelamento

O combate à inflação não contempla mais medidas gradualistas, e o novo governo terá mesmo de recorrer a um choque, sem congelamento de preços, centrado na questão fiscal. Este foi o principal consenso do primeiro dia de debates do Fórum Nacional, que reuniu algumas dezenas de economistas, parlamentares e sociólogos no BNDES durante todo o dia de ontem. Os destaques ficaram por conta de Eduardo Modiano, da Pontifícia Universidade Católica, e César Maia, deputado federal pelo PDT do Rio, que abriram suas baterias contra estratégias antiinflacionárias sem a ótica do curto prazo.

"O novo presidente tem de surpreender; um choque não significa congelamento", garantiu Modiano, integrante da equipe que em 1986 elaborou o Plano Cruzado. "O gradualismo é a morte", completou Maia, ex-secretário de Fazenda do Estado do Rio. Os dois, junto com outros debatedores, discordaram apenas dos ingredientes do choque econômico que seria aplicado após 15 de março, para conter uma inflação que já ficou em 53,55% em dezembro e dificilmente deixará de ficar acima dos 60% em janeiro.

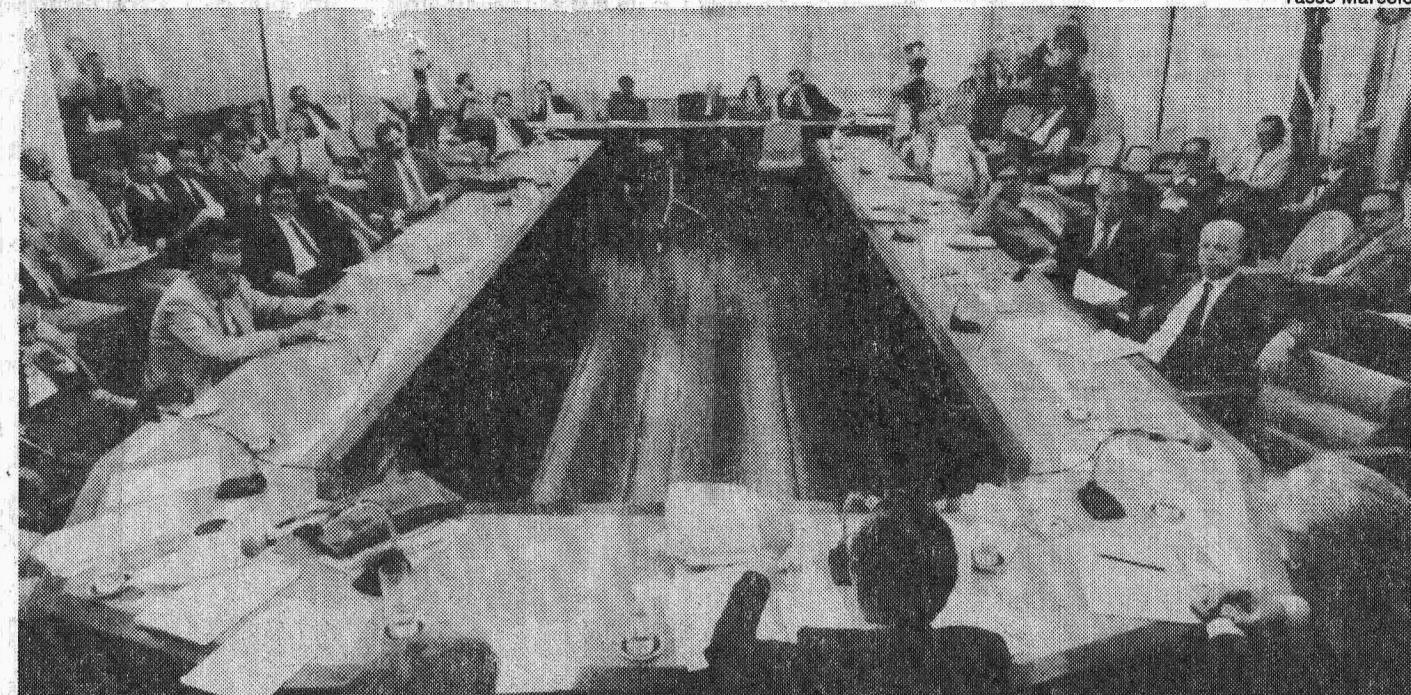
Prioridade O economista da PUC deixou clara sua expectativa nos próximos meses. "Parece-me que a ênfase do curto prazo será o combate à inflação", disse ele, que é um dos especialistas que nos dois últimos meses tem participado de encontros com a assessoria econômica do PRN, chegando a entregar um esboço de programa econômico de emergência. A necessidade, completou, é de um programa que observe não só a estabilização dos preços, mas também a recuperação da capacidade de crescimento. Seu plano, por sinal, inclui um choque fiscal que gere cerca de US\$ 16 bilhões e renegociação da dívida externa.

O que Modiano vê de necessário na questão fiscal é observado em outra ótica por César Maia, mas não de forma muito diferente no que se refere ao arcabouço de enxugamento de despesas públicas e aos mecanismos de aumento da receita. O deputado federal faz questão de frisar que o setor privado tem que dar sua colaboração em um ajuste mais rigoroso da economia para combater a inflação, e duvida que haja tanta facilidade de convencer o empresariado a abrir mão de seus ganhos. "Estudos preliminares já indicaram que as 300 maiores empresas do país tiveram, em 1989, os maiores lucros da década", frisou.

O debate também contou com defesas de maior abertura da economia, feitas pelo senador Roberto Campos (PDS-MT), ministro do Planejamento no governo Castello Branco, e convicções de que a economia brasileira já se encontra mesmo em estado hiperinflacionário, por parte do ex-presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore. "Não tenho a menor dúvida de que uma inflação de 54% ao mês, e crescente, é hiperinflação", disse Pastore, outro a defender o choque fiscal, mas acompanhado de maior independência do BC, "para permitir uma estabilidade monetária e de preços".

Governabilidade Surgiu também a questão da confiança excessiva de um governo eleito pelas urnas diante do combate à inflação - mais precisamente, ao "choque de credibilidade" que resumia as declarações de assessores do PRN antes e durante do resultado das eleições. "A credibilidade se deprecia, depois de algum tempo, e de forma extremamente rápida", comentou Pastore, que insistiu em razões de ordem pessoal para não se considerar um ministerialável para o Governo Collor de Mello. Mas o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) lembrou que não seria possível uma política econômica que combatesse a inflação, e promovesse a retomada do crescimento, sem um quadro de democracia de fato.

"Isto só é possível com governabilidade", destacou o senador, indicando sua preocupação com um cenário de confrontos internos em meio à tarefa de reorganizar a economia.



No primeiro dia de debates do Fórum Nacional, Eduardo Modiano e César Maia se destacaram

Tasso Marcelo